

B O L E T I M
MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



1.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 903

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa de 7 de Junho de 2011):

- **Voto de Pesar n.º 11/2011 (Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD)** - Voto de Pesar por todos os que perderam a vida no desastre natural ocorrido na cidade de Lorca, em Espanha [pág. 864 (2)].
- **Voto de Pesar n.º 12/2011 (Subscrito pelo Grupo Municipal do CDS/PP)** - Voto de Pesar pelo falecimento de Nuno Bonneville [pág. 864 (2)].
- **Voto de Pesar n.º 13/2011 (Subscrito pelo Grupo Municipal do CDS/PP)** - Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Correia Afonso [pág. 864 (2)].
- **Proposta n.º 165/2011 (Deliberação n.º 37/AML/2011)** - Aprovar a desafecção de domínio público da parte do antigo leito da Azinhaga do Troca abrangida pela área de intervenção da Operação de Loteamento de Iniciativa Municipal do Bairro PRODAC Sul, nos termos da proposta [pág. 864 (21)].
- **Proposta n.º 167/2011 (Deliberação n.º 38/AML/2011)** - Aprovar a alienação dos lotes das habitações auto-construídas do Bairro PRODAC Norte, nos termos da proposta [pág. 864 (22)].
- **Proposta n.º 210/2011 (Deliberação n.º 39/AML/2011)** - Aprovar o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2010, nos termos da proposta [pág. 864 (31)].
- **Proposta n.º 128/2011 (Deliberação n.º 36/AML/2011)** - Aprovar a autorização ao Município de Lisboa de se associar com o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), e com o Montepio Geral - Associação Mutualista, na Constituição do Fundo Municipal FINICIA, nos termos da proposta [pág. 864 (3)].

-Deliberação n.º 37/AM/2011 (Proposta n.º 165/CM/2011):

Aprovação da Operação de Loteamento de Iniciativa Municipal do Bairro PRODAC SUL

Pelouro: Urbanismo.

Serviço: DMGU/DPE/Divisão de Projectos Particulares.

Considerando que:

- 1 - A PRODAC - Associação de Produtividade na Auto-Construção, constituída em 1971, com o objectivo de construir (em regime de auto-construção e mediante projectos-tipo) habitações destinadas aos seus associados e respectivos agregados familiares, em terrenos cedidos, a título precário, pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), esteve na génese da constituição de um Bairro conhecido por Bairro PRODAC;
- 2 - A Associação foi extinta em 22 de Junho de 1983 (Decreto-Lei n.º 289/83), tendo os seus direitos e obrigações transitado para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que, por sua vez, os transmitiu para a CML através de Protocolo celebrado em 15 de Janeiro de 1990, no qual se previa a transmissão para os moradores dos terrenos municipais onde se implantam as suas habitações;
- 3 - Para concretizar a transmissão da propriedade é necessária a regularização dos lotes existentes através de operações de loteamento de iniciativa municipal;
- 4 - Este Bairro, com uma área aproximada de 97 hectares, apresenta duas zonas com características morfológicas distintas, fisicamente separadas pela Azinhaga do Vale Fundão e conhecidas por PRODAC Norte e PRODAC Sul;
- 5 - Para o Bairro PRODAC Norte, cujo loteamento foi aprovado pela Proposta n.º 659/2005 (alterada pela Proposta n.º 836/2008), já se procedeu ao registo predial dos Lotes através do Alvará de loteamento municipal n.º 2009/02;
- 6 - Para o Bairro PRODAC Sul, em observância do descrito no n.º 1 da Proposta n.º 733/2009 e na sequência da Deliberação n.º 94/AM/2009 (Deliberação n.º 1091/CM/2009), foi elaborado, pela Divisão de Desenvolvimento Urbano, da Direcção Municipal de Planeamento Urbano, o respectivo projecto de loteamento municipal, que constituiu o Processo n.º 21/URB/2010;
- 7 - Este projecto de loteamento visa regularizar a formação predial da situação existente, delimitando um lote para cada Bloco de habitação já edificado (com excepção dos lotes n.ºs 76 e 91 que agrupam três Blocos), bem como lotes para os diferentes equipamentos colectivos do Bairro, num total de 119 lotes;
- 8 - A proposta apenas preconiza a demolição de anexos e telheiros não previstos nos projectos-tipo que suportaram a edificação dos Blocos habitacionais, bem como a demolição parcial do actual Bloco 75, para garantir a articulação com a solução urbana do Plano de Pormenor da Quinta de Marquês de Abrantes e Alfinetes (em elaboração), pelo que neste projecto se viabiliza a legalização de 456 fogos existentes;
- 9 - A proposta de Loteamento não é acompanhada de projectos de obras de urbanização, porquanto o Bairro construído dispõe das infra-estruturas básicas em condições de funcionamento;

10 - No quadro do Programa Local de Habitação, o Bairro foi identificado como de Intervenção Prioritária (n.º 34 da Carta dos BIP/ZIP, em Marvila), pelo que as acções de requalificação urbana de que carece virão a ser desenvolvidas e enquadradas neste âmbito;

11 - A CCDRLVT emitiu parecer desfavorável à proposta de loteamento, tendo como fundamento a desconformidade com a infra-estruturação mínima prevista no PDM, contudo este parecer não é vinculativo nos termos do n.º 3 do artigo 7.º do RJUE;

12 - No âmbito da apreciação deste projecto foi dispensada a consulta à ANA, em razão da servidão aeroportuária, por não se verificar construção às cotas que a determinavam e foi consultada a EPAL, em razão da servidão do Canal do Alviela, que não se pronunciou no prazo fixado no n.º 4 do artigo 13.º do RJUE;

13 - Para que a área a lotear corresponda na totalidade a domínio privado municipal haverá que promover o procedimento formal de desafectação de domínio público de parte do leito da antiga Azinhaga do Troca na qual actualmente já se implantam parte dos Blocos habitacionais a legalizar, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal;

14 - Os incumprimentos regulamentares verificados só poderiam ser suplantados com a demolição total ou parcial do Bairro o que não se reveste de interesse urbanístico, social ou económico conforme já ponderado nas deliberações que antecederam a formalização deste projecto de Loteamento;

15 - Foi realizada discussão pública nos termos da legislação aplicável não se tendo registado a apresentação de quaisquer reclamações, observações ou sugestões por parte de eventuais interessados (fl. 159);

16 - Ainda, o teor e conteúdo das informações técnicas e respectivos despachos exarados sobre as mesmas (fls. 133 a 139 e fls. 203 a 208).

Tenho a honra de submeter ao Plenário da Câmara Municipal de Lisboa, o seguinte:

1 - A aprovação da presente operação de loteamento de iniciativa municipal, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e nos termos conjugados da alínea a) do n.º 1 e do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março;

2 - A emissão do respectivo Alvará de loteamento municipal após:

- a) A conclusão do levantamento topográfico da situação existente no Bairro e consequente aferição das áreas e confrontações dos lotes municipais a constituir;
- b) A desafectação de domínio público da parte do antigo leito da Azinhaga do Troca abrangida pela área de intervenção deste loteamento a submeter a deliberação da Assembleia Municipal.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PS, PCP, 5 Independentes, CDS/PP, Bloco de Esquerda, MPT e PEV) e abstenções (PPM).]

- **Deliberação n.º 38/AM/2011** (Proposta n.º 167/CM/2011):

CrITÉRIOS de alienação dos lotes do Bairro PRODAC norte

Pelouros: Urbanismo e Política de Solos, Habitação, Finanças e Património.

Serviços: DPE (DMGU), DMH, DPI e Divisão de Notariado.

Considerandos:

1 - Na sequência da Deliberação n.º 836/2008, da CML, de 24 de Setembro de 2008, foi aprovada uma alteração ao loteamento municipal do Bairro da PRODAC Norte, aprovado pela Deliberação n.º 659/2005, de 21 de Setembro. A Deliberação n.º 836/2008 deu origem ao Aviso n.º 61/2009, publicado no *Boletim Municipal* n.º 818, de 22 de Outubro de 2009, referente à emissão do Alvará de loteamento municipal 2009/02 para o terreno do Bairro PRODAC Norte, com uma área total de 20 530 m², um número total de 88 lotes, dos quais 87 destinados a habitação, 1 a equipamento privado e 41 lugares de estacionamento dentro da área de intervenção. A área dos lotes varia entre 96,90 m² e 38,05 m²;

2 - A génese deste bairro remonta a 1971, quando a CML cedeu à Associação de Produtividade na Auto-Construção (PRODAC), no âmbito do movimento cooperativo que promovia a auto-construção de habitações e nos termos da legislação então em vigor, os terrenos necessários à construção de habitações para os seus sócios e respectivos agregados familiares. A cedência, a título precário, foi feita através de escritura celebrada em 1971/10/07, constituindo-se então os referidos sócios em titulares do direito de aquisição dos fogos edificadas no regime de auto-construção para habitação própria;

3 - Esta cedência passou por diversas vicissitudes, com consequências na definição dos direitos e obrigações de todos os intervenientes, designadamente na legitimidade de herdeiros dos sócios ou terceiros para adquirirem os terrenos e averbarem as respectivas construções, bem como na definição do montante a pagar pela aquisição. Com o decurso do tempo, alguns dos sócios da PRODAC faleceram, outros saíram do bairro, havendo necessidade de se definir com clareza, no quadro do direito sucessório e demais legislação aplicável, a legitimidade de actuais moradores, quando não sejam os sócios iniciais, para aquisição dos terrenos e respectivas construções;

4 - Por outro lado, os sócios da PRODAC têm vindo a ressarcir a CML dos encargos com o financiamento da construção do bairro, assumidos pela Autarquia em 1977 por um Acordo estabelecido na sequência de uma acção judicial, sendo necessário promover o acerto de contas final;

5 - Tomando por base o levantamento realizado pelos Serviços Municipais no Bairro PRODAC Norte, identificaram-se 21 situações, abaixo discriminadas, em que o interessado no direito de aquisição já não é o associado original da PRODAC:

- 1 fogo é habitado pela viúva do sócio;
- 7 encontram-se habitados por filhos de sócios;
- 4 estão habitados por outros familiares e afins dos sócios;
- 9 são habitados por indivíduos não aparentados com o sócio.

6 - Após várias reuniões e diligências levadas a cabo pelo DPI, pela DMH e pela DMGU, bem como dos Pelouros respectivos (Finanças e Património, Urbanismo e Política

de solos, Habitação) foi elaborado um conjunto de critérios para resolver a questão das transmissões de posição, quer por morte do sócio, quer por cedência. Estes critérios, em que o principal é o da efectiva residência no bairro, a serem aprovados pela CML, permitem solucionar a maioria dos casos, mantendo-se a disposição de reversão a favor do Município em caso de vacatura. Reverterão também a favor do Município as habitações cujo ocupante tenha menos de 4 anos de residência no local;

7 - Relativamente ao preço da alienação, tendo em conta o prazo de 40 anos decorrido desde o início do processo, os compromissos existentes, o facto de as habitações terem sido construídas pelos próprios e os pagamentos já efectuados pelos moradores ao longo do tempo, propõe-se que o critério de cálculo contenha as seguintes parcelas:

- a) Valor remanescente de ressarcimento da dívida contraída pela CML, a custos correntes;
- b) Valor do terreno infra-estruturado, definido como uma percentagem de 15% sobre o valor final de aquisição das habitações, calculado nos termos do Regulamento de Aquisição de Imóveis Municipais (RAIM).

8 - A fixação da percentagem de 15% para o cálculo do valor do terreno é feita por analogia com os critérios definidos para a venda de terrenos para habitações municipais pelas Portarias n.ºs 582/88, de 23 de Agosto e 669/2009, de 22 de Junho.

Assim, ouvida a Associação de Moradores do Bairro PRODAC Norte e nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 13.º e no artigo 24.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, bem como na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º e na alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propomos que a CML delibere:

1 - Aprovar os critérios de determinação do direito à aquisição dos lotes das habitações auto-construídas do Bairro PRODAC Norte definidos no Anexo 1, que faz parte integrante desta proposta;

2 - Aprovar o valor de venda dos mesmos lotes, que resulta, para cada um deles, da soma das seguintes parcelas:

- a) Valor remanescente de ressarcimento da dívida contraída pela CML, a custos correntes;
- b) Valor do terreno, definido como uma percentagem de 15% sobre o valor final de aquisição das habitações, calculado este nos termos do Regulamento de Aquisição de Imóveis Municipais (RAIM).

3 - Solicitar à Assembleia Municipal autorização para alienar os lotes das habitações auto-construídas do Bairro PRODAC Norte segundo os valores de venda calculados como definido no ponto 2 e discriminados no Anexo 2 desta proposta, que dela faz parte integrante.

Anexo 1 - Critérios de determinação do direito à aquisição dos lotes das habitações auto-construídas do Bairro PRODAC Norte.

Anexo 2 - Valores de alienação dos lotes do Bairro PRODAC Norte.

(Aprovada por unanimidade.)

ANEXO I

Critérios de determinação do direito à aquisição dos lotes das habitações auto-construídas do Bairro PRODAC Norte

1 - Cada lote será alienado pela seguinte ordem de preferência:

- 1.1 - Sócio inicial ou morador residente cuja situação foi regularizada pelo Município de Lisboa;
- 1.2 - Cônjuge ou pessoa que com o sócio viva em união de facto e descendentes em linha recta;
- 1.3 - Parentes ou afins na linha colateral, residentes há mais de 4 anos;
- 1.4 - Não aparentados, residentes há mais de 4 anos, de acordo com as regras estabelecidas em 4.

2 - Em caso de falecimento do sócio, o(a) viúvo(a) e/ou o descendente em linha recta, candidato à aquisição, deve:

- 2.1 - Fazer prova do falecimento do sócio;
- 2.2 - Fazer prova da sua residência no local há mais de 4 anos;
- 2.3 - Entregar declaração em como não tem conhecimento de qualquer oposição ou impedimento à aquisição.

3 - Nas situações previstas em 1.3, o candidato à aquisição deve:

- 3.1 - Fazer prova da sua residência no local há mais de 4 anos;
- 3.2 - Entregar documento comprovativo da transmissão da posição por parte do sócio;
- 3.3 - Entregar comprovativo de pedido de regularização à CML apresentado há mais de 4 anos.

4 - Nas situações previstas em 1.4, o candidato à aquisição deve:

- 4.1 - Fazer prova da sua residência no local há mais de 4 anos;
- 4.2 - Entregar documento comprovativo da transmissão da posição por parte do sócio;
- 4.3 - Entregar comprovativo de pedido de regularização à CML apresentado há mais de 4 anos.

5 - Em caso de falecimento do sócio e encontrando-se o imóvel desabitado ou estando habitado há menos de 4 anos, o mesmo virá à posse da CML, que poderá celebrar contrato de renda apoiada com o morador há menos de 4 anos.

6 - Os lotes alienados pela CML ficam sujeitos a um ónus de inalienabilidade de 10 anos, aplicando-se com as devidas adaptações o disposto nos artigos 7.º e 8.º do Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais.

7 - Situações omissas serão apreciadas caso a caso e decididas mediante deliberação da Câmara Municipal.



C Á M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Anexo 2

Valores de aquisição dos lotes do Bairro PRODAC Norte

Nome	Lote	Tipologia	Área	Parcela A) Amortização Dívida à CMU	Valor fuso (B+Am)	Parcela B) Terreno, (15% do valor do lote - RCM)	Valor da alienação A+B)
Catarina Borrego	Bloco 1 A	T4	93,96	3.511,44 €	37.890,00 €	5.683,50 €	9.184,94 €
João da C. Orfã	Bloco 1 B	T1	45,27	1.858,93 €	18.260,00 €	2.739,00 €	4.598,93 €
Diogenes Martins Gomes	Bloco 1 C	T1	45,27	1.859,93 €	18.260,00 €	2.739,00 €	4.598,93 €
Antónia Garcia Estanislau	Bloco 1 D	T2	66,25	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
Fernanda Magalhães C. Rodrigues	Bloco 2 A	T1	54,18	1.859,93 €	21.850,00 €	3.277,50 €	5.137,43 €
Luis de Sá	Bloco 2 B	T1	49,32	1.859,93 €	19.890,00 €	2.983,50 €	4.843,43 €
António Joaquim Palhão Correia	Bloco 2 C	T2	73,16	2.490,46 €	30.150,00 €	4.522,50 €	7.012,96 €
Mário Bernardo	Bloco 2 D	T2	74,78	2.490,48 €	30.150,00 €	4.522,50 €	7.012,96 €
Fernanda Cruz S. Gonçalves	Bloco 2 E	T3	89,46	2.922,68 €	34.370,00 €	5.155,50 €	8.078,18 €
Palmita Silva	Bloco 3 A	T3	80,84	2.922,68 €	34.370,00 €	5.155,50 €	8.078,18 €

MUNICIPAL

FAMULIA MUYOZ DE ESTEVA

DACM

Prop. n.º 167/11

Fls. _____

7



C Á M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

MUNICIPAL

Câmara Municipal de Lisboa

Domingos Estanislau Caeiro	Bloco 3 B	T3	84,88	2.922,68 €	34.370,00 €	5.155,50 €	8.078,18 €
Dina Maria Lopes Gomes Rebelo	Bloco 3 C	T3	75,89	2.922,68 €	30.600,00 €	4.590,00 €	7.512,68 €
José de Barros	Bloco 3 D	T3	81,69	2.922,68 €	32.590,00 €	4.888,50 €	7.811,18 €
Duarte Garcia Cardoso	Bloco 4 A	T2	74,89	2.490,46 €	30.150,00 €	4.522,50 €	7.012,96 €
Delfina Isabel Roque Carapeto	Bloco 4 B	T2	63,62	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
Ana M.ª Santos Silveira de Almeida	Bloco 4 C	T2	73,03	2.490,46 €	30.150,00 €	4.522,50 €	7.012,96 €
Marta Fernanda Pinto Amaral	Bloco 5 A	T2	66,87	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
Maria Hermanegilda Rodrigues Santos	Bloco 5 B	T2	65,35	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
Isidro Almeida Rodrigues	Bloco 5 C	T3	76,89	2.922,68 €	30.600,00 €	4.590,00 €	7.512,68 €
Josefa Charro	Bloco 5 D	T3	81,09	2.922,68 €	32.590,00 €	4.888,50 €	7.811,18 €
António Almeida Gomes	Bloco 5 E	T3	89,85	2.922,68 €	36.000,00 €	5.400,00 €	8.322,68 €
Sofia de Oliveira Dias	Bloco 5 F	T3	73,95	2.922,68 €	32.590,00 €	4.888,50 €	7.811,18 €
João dos Santos Gaspar	Bloco 5 G	T2	86,85	2.490,46 €	35.020,00 €	5.253,00 €	7.743,46 €
Manuel Almeida Alexandre	Bloco 6 A	T2	74,55	2.490,46 €	30.150,00 €	4.522,50 €	7.012,96 €



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

MUNICIPAL

Manuel Miranda e outra	Bloco 6 B	T2	65,22	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
Almorinda de Jesus Gomes	Bloco 6 C	T3	75,45	2.922,68 €	30.600,00 €	4.590,00 €	7.512,68 €
André Pereira Cardoso	Bloco 6 D	T3	80,25	2.922,68 €	32.590,00 €	4.888,50 €	7.811,18 €
Amândio dos Santos Mafreia	Bloco 6 E	T3	78,2	2.922,68 €	32.590,00 €	4.888,50 €	7.811,18 €
Manuel Pereira	Bloco 6 F	T3	85,25	2.922,68 €	34.370,00 €	5.155,50 €	8.078,18 €
José Marques	Bloco 6 G	T3	76,97	2.922,68 €	32.590,00 €	4.888,50 €	7.811,18 €
Vitória Carmo Ildafonso	Bloco 7 A	T2	69,42	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
António Augusto Duarte	Bloco 7 B	T2	64,9	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
M.ª Soledade Jorge B. S. Duarte	Bloco 7 C	T1	45,24	1.859,93 €	18.260,00 €	2.739,00 €	4.598,93 €
Albino da Fonseca	Bloco 7 D	T1	46,6	1.859,93 €	18.260,00 €	2.739,00 €	4.598,93 €
José Cartaxo Rosado	Bloco 8 A	T2	70,73	2.490,46 €	28.520,00 €	4.278,00 €	6.768,46 €
Joaquina Rodrigues	Bloco 8 B	T2	68,85	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
João Cardoso do Espírito Santo	Bloco 8 C	T2	68,85	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
António Pinto	Bloco 8 D	T2	68,85	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €



C Á M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

S U B A T I M O
M U N I C I P A L
C A M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Amadeu Ferreira de Paiva	Bloco 9 A	T2	89,29	2.490,46 €	36.000,00 €	5.400,00 €	7.890,46 €
Manuel Martins Espírito Santo	Bloco 9 B	T3	88,93	2.922,68 €	34.370,00 €	5.155,50 €	8.078,18 €
M.ª Manuela S. F. Silva Ferreira	Bloco 9 C	T3	89,81	2.922,68 €	34.370,00 €	5.155,50 €	8.078,18 €
Fernando de Sousa Rosa	Bloco 9 D	T3	96,9	2.922,68 €	39.070,00 €	5.860,50 €	8.783,18 €
Francisco Galvão Rodrigues	Bloco 9 E	T3	84,98	2.922,68 €	35.020,00 €	5.253,00 €	8.175,68 €
Joaquim Cardoso	Bloco 9 F	T2	45,52	2.490,46 €	18.360,00 €	2.754,00 €	5.244,46 €
Francisco Alves Cruz	Bloco 9 G	T1	45,24	1.859,93 €	18.260,00 €	2.739,00 €	4.598,93 €
Joaquim Piteira	Bloco 9 H	T1	55,47	1.859,93 €	21.850,00 €	3.277,50 €	5.137,43 €
Joaquina Charrito Mendes	Bloco 10 A	T3	82,78	2.922,68 €	32.590,00 €	4.888,50 €	7.811,18 €
Simão Coutinho	Bloco 10 B	T3	83,16	2.922,68 €	32.590,00 €	4.888,50 €	7.811,18 €
António Ferreira	Bloco 10 C	T1	56,01	1.859,93 €	21.850,00 €	3.277,50 €	5.137,43 €
Amândio Teixeira	Bloco 10 D	T2	74,21	2.490,46 €	28.520,00 €	4.278,00 €	6.768,46 €
Manuel Francisco Ribeiro	Bloco 10 E	T2	65,52	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
Manuel Afonso Amâncio Teixeira	Bloco 10 F	T2	68,25	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

María Ariete Tomás da Costa	Bloco 10 G	T2	65,88	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
António Henriques Manso	Bloco 10 H	T2	73,47	2.490,46 €	28.520,00 €	4.278,00 €	6.768,46 €
Cidália Almeida Pedro	Bloco 10 I	T4	90,94	3.511,44 €	37.890,00 €	5.683,50 €	8.184,94 €
Francisco Coelho	Bloco 11 A	T2	70,8	2.490,46 €	28.520,00 €	4.278,00 €	6.768,46 €
Fernando Jesus da Costa	Bloco 11 B	T2	65,44	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
Abel Pereira Moita	Bloco 11 C	T2	62,51	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
Eduardo Henriques Manso	Bloco 11 D	T2	62,56	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
José Maria de Aquino	Bloco 11 E	T2	62,56	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
José de Oliveira Sá	Bloco 12 A	T2	88,88	2.490,46 €	35.020,00 €	5.253,00 €	7.743,46 €
Deifim Pereira	Bloco 12 B	T2	79,41	2.490,46 €	32.590,00 €	4.888,50 €	7.378,96 €
Abel Rodrigues	Bloco 12 C	T3	89,96	2.922,68 €	36.000,00 €	5.400,00 €	8.322,68 €
Fernando de Lamos	Bloco 12 D	T3	93,89	2.922,68 €	36.000,00 €	5.400,00 €	8.322,68 €
Joaquim da Cruz Pinheiro	Bloco 13 A	T2	66,85	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
Firmino Noronha Duarte	Bloco 13 B	T2	67,74	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Dina Maria Silva Esteves	Bloco 13 C	T1	65,92	1.859,93 €	26.420,00 €	3.963,00 €	5.822,93 €
José Augusto Pinto da Silva	Bloco 13 D	T1	70,14	1.859,93 €	28.280,00 €	4.242,00 €	6.101,93 €
Luís Afonso Rodrigues Bastos	Bloco 13 E	T1	65,52	1.859,93 €	26.420,00 €	3.963,00 €	5.822,93 €
M.ª Fátima Ribeiro Dias	Bloco 14 A	T2	63,62	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
Susana S. Campos Oliveira Pereira	Bloco 14 B	T2	63,41	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
Maria Isabel Ferreira	Bloco 14 C	T3	75,45	2.922,68 €	32.590,00 €	4.888,50 €	7.811,18 €
Joaquina da Jesus	Bloco 14 D	T3	75,45	2.922,68 €	32.590,00 €	4.888,50 €	7.811,18 €
Vitor de Jesus Gomes	Bloco 14 E	T1	46,68	1.859,93 €	21.850,00 €	3.277,50 €	5.137,43 €
Afonso Marques Pires	Bloco 15 A	T4	92,82	3.511,44 €	37.890,00 €	5.683,50 €	9.194,94 €
Fernando Ribeiro Naves	Bloco 15 B	T2	74,76	2.490,46 €	30.150,00 €	4.522,50 €	7.012,96 €
José Oliveira Lopes	Bloco 15 C	T2	63,64	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
	Bloco 15 D	T2	51,84	2.490,46 €	20.910,00 €	3.136,50 €	5.626,96 €
Associação de Moradores	Bloco 15 E	***	38,05				
	Bloco 15 F	T0	41,3	1.815,96 €	16.660,00 €	2.499,00 €	4.314,96 €



C Á M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

MUNICIPAL

Manuel Alves	Bloco 16 A	T1	46,35	1.859,93 €	18.260,00 €	2.739,00 €	4.598,93 €
Boatiz de Jesus Marques	Bloco 16 B	T3	85,52	2.822,68 €	34.370,00 €	5.155,50 €	8.078,18 €
Arminda de Jesus Martins	Bloco 16 C	T3	89,73	2.922,68 €	35.020,00 €	5.253,00 €	8.175,68 €
Francisco Lévila	Bloco 16 D	T3	85,54	2.922,68 €	35.020,00 €	5.253,00 €	8.175,68 €
Manuel Pereira	Bloco 16 E	T3	81,72	2.922,68 €	32.590,00 €	4.888,50 €	7.811,18 €
João de Jesus Paiva	Bloco 17 A	T2	68,29	2.490,46 €	25.210,00 €	3.781,50 €	6.271,96 €
António Alberto Pinto Vieira	Bloco 17 B	T2	73,76	2.490,46 €	30.800,00 €	4.590,00 €	7.080,46 €
José Loureiro	Bloco 17 C	T3	84,64	2.922,68 €	34.370,00 €	5.155,50 €	8.078,18 €
Total				222.765,42 €	2.488.990,00 €	373.348,50 €	596.113,92 €